

# MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

**Francisco Macena da Silva**

Bom dia a todos os companheiros.

Primeiramente, eu queria cumprimentar o DIEESE pela história, pela luta e pelo trabalho que vem desenvolvendo, não só de apoio ao movimento sindical. Mas é preciso fazer o registro aqui de que o DIEESE é fundamental — e tem sido fundamental também para os governos democráticos, que fazem convênios com o DIEESE para o desenvolvimento de políticas públicas.

Eu diria também que, mesmo para outros governos, o DIEESE mantém uma posição qualificada e técnica quando há afronta aos direitos dos trabalhadores.

Não vou repetir aqui todas as conquistas, mas queria ao menos pautar um pouco a agenda que temos pela frente e na qual o DIEESE está presente.

Acho que a gente comemora mês a mês, ano a ano, neste governo Luiz Inácio Lula da Silva, o crescimento do emprego, a geração de novos postos de trabalho, recordes de emprego, 5,4% de desocupação. Tudo isso devemos comemorar — e comemorar muito.

Mas também precisamos identificar quais são as dificuldades, mesmo dentro desses números, para qualificar a nossa ação e o nosso debate.

Nós temos ainda, por exemplo, o dado de que chegamos agora a 1 milhão e 804 mil novos postos de trabalho neste ano. Mas, para gerar esse saldo positivo, houve uma movimentação de 21 milhões e 326 mil trabalhadores: uma rotatividade brutal.

O salário de entrada ainda é muito baixo, em torno de R\$ 2.300. Os postos que estão sendo ocupados são aqueles de menor valor agregado, tanto na renda quanto na perspectiva de carreira e de uma inserção mais estrutural no mercado de trabalho.

Essas são questões que nós temos que enfrentar. Vamos enfrentá-las com políticas públicas e discutindo com a sociedade essa nova economia, essa nova inserção no mundo econômico, além da recuperação de direitos que ficaram para trás.

E há algumas agendas mais imediatas às quais precisamos estar atentos.

Todos sabem — e vou começar por aí — que os fundos públicos são também os fundos que têm movimentado a economia e dado um lastro muito positivo para o desenvolvimento econômico do país.

Falou-se aqui no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. São R\$ 28 bilhões por ano destinados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social para alavancar recursos destinados à nova industrialização, à transformação energética e a processos de calamidade, como aconteceu no Rio Grande do Sul.

São recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador que têm sustentado essas políticas públicas, certamente orientadas pelo presidente Lula.

Temos também o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, que é fundamental para viabilizar obras de infraestrutura, o Minha Casa, Minha Vida e ações de proteção aos trabalhadores em situações de catástrofe.

Também gerou renda a medida que adotamos no ano passado de liberar R\$ 12 bilhões para aqueles que estavam com recursos retidos por terem aderido ao saque-aniversário. Isso movimentou substancialmente a economia e deu lastro para evitar um processo recessivo.

Agora, esses dois fundos e as políticas de financiamento através de recursos públicos são constantemente atacados via Congresso, com vários projetos de lei que tentam drenar esses recursos para atividades que não deveriam recebê-los.

E, de outro lado, temos a pejetização, mencionada aqui pela Juvândia. Se passar o que está no Congresso Nacional, em 30 anos não teremos mais o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, não teremos mais o Fundo de Amparo ao Trabalhador, não teremos recursos nem para o Sistema S.

Aquele que dizem ser privado — e ainda bem que o Fausto sempre faz uma meia crítica quando fala disso, porque não pode dizer claramente —, mas que, na verdade, também se sustenta com base na contribuição sobre a folha.

Todos esses recursos estarão ameaçados. Teremos uma dificuldade muito grande não apenas para financiar políticas públicas, mas também para financiar o próprio movimento sindical e toda a estrutura que sustenta várias lutas dos trabalhadores.

Quero colocar também a questão da plataformização, já mencionada pela Juvandia.

Hoje, a plataformização é um debate estratégico do ponto de vista da organização econômica do país.

Tenho dito a alguns empresários que não se trata apenas de uma relação precarizada entre trabalhadores e plataformas. O que estamos vendo claramente é a desregulamentação de setores importantes da economia.

Ontem, na Conferência Estadual do Trabalho do Rio de Janeiro, falei isso aos empregadores: se vocês não se atentarem a isso, haverá no Brasil uma concorrência desregulamentada e desleal em seus próprios ramos de atividade. E quem estiver regulamentado dificilmente conseguirá competir.

Isso já está acontecendo na saúde, na educação, nas políticas de cuidado, nos serviços, nos supermercados — com repositor, operador de empilhadeira e outros setores nos quais já identificamos a entrada da plataformização.

Precisamos combater isso e discutir o que está no Congresso Nacional.

O projeto que enviamos foi modificado pelo deputado Augusto Coutinho e agora há um relatório que ainda apresenta problemas e ajustes a serem feitos. Mas eu digo ao movimento sindical que precisamos fazer um esforço muito grande para aprovar aquele projeto de lei, com os ajustes necessários.

É uma oportunidade que não podemos perder.

O DIEESE tem acompanhado isso de perto. Marcolino manda mensagem para mim dia sim, dia não, dizendo: “mudou isso, mudou aquilo”. Mas precisamos fazer um esforço muito grande para aprovar esse projeto.

A jornada seis por um também está em debate. Há um relatório do deputado Léo Prates que estamos acompanhando. Existe o texto aprovado no Senado, mas também o relatório do Léo Prates na Câmara, que reduz progressivamente a jornada para 40 horas semanais.

Nós consideramos importante manter oito horas diárias, permitir negociação para escalas quatro por três e garantir dois descansos semanais consecutivos.

Há problemas? Há. Existe uma discussão sobre compensação que o Gastão queria incluir e da qual discordamos. Precisamos avaliar como mediar essas divergências — seja dentro do governo, seja no Congresso Nacional — e inclusive considerar possibilidades de veto em algumas situações.

Mas precisamos aproveitar essa oportunidade de acabar com a jornada seis por um. Talvez isso não aconteça ainda este ano, mas acredito que seja possível avançar significativamente para uma situação mais vantajosa para os trabalhadores e trabalhadoras.

Também quero mencionar a questão da renda.

Não vou repetir aqui os estudos do DIEESE sobre a valorização do salário mínimo, mas ele deverá chegar a R\$ 1.621 no ano que vem. Se não existisse a política do governo Lula, seria R\$ 823.

O decreto da valorização do próximo ano será encaminhado ainda esta semana.

E quero destacar uma grande oportunidade que teremos no ano que vem: completaremos 90 anos do salário mínimo no Brasil e, coincidentemente, 20 anos desde que o presidente Lula lançou a política de valorização do salário mínimo.

Estamos preparando um livro, medalha e moeda comemorativa — tudo isso como pretexto para discutir efetivamente com a sociedade a distribuição

de renda e a importância do salário mínimo na vida das pessoas.

E, a partir do salário mínimo — apesar de ele puxar o mercado informal e influenciar negociações coletivas —, discutir também a importância da formalização e do trabalho decente.

Por último, tivemos uma conquista muito grande na última Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que foi colocar na agenda o debate da transição justa e da inserção dos trabalhadores nesse processo de transformação. Ou seja, o movimento sindical colocou que ninguém pode ser deixado para trás em um grande processo de transformação.

Precisamos dar consequência prática a esse texto aprovado na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, para que ele não se torne apenas mais um documento internacional que, dez anos depois, continua sendo debatido sem avanços concretos.

Essa é outra oportunidade que temos junto ao DIEESE, às entidades sindicais e às universidades.

Montamos o Observatório do Trabalho e já temos alguns apontamentos sobre mudanças tecnológicas e também sobre o etarismo, que cresce progressivamente no Brasil e já atinge substancialmente alguns setores da economia.

Também tenho dito aos empregadores sobre a dificuldade que muitas empresas enfrentam na digitalização. Sem isso, não haverá transformação — especialmente na área do comércio, onde essa questão é muito forte.

Precisamos preparar essa base do comércio e dos serviços para se inserir tecnologicamente. Muitas vezes se fala apenas em qualificar os trabalhadores, mas é preciso qualificar também essa base econômica para que possamos disputar em igualdade nesse mundo globalizado.

Temos essa oportunidade. E, para isso, precisamos discutir novamente política de desenvolvimento, qualificação profissional, revisão de trilhas formativas. Enfim, há uma agenda grande para o ano que vem e para um segundo mandato do governo Lula.

Digo “para o ano que vem” porque essas questões precisam movimentar também a nossa plataforma, o nosso programa de governo e a nossa disputa na sociedade, para conseguirmos eleger o presidente Lula e avançar ainda mais. E, quem sabe, mudar também o perfil deste Congresso Nacional, porque aí as coisas serão muito mais rápidas.

Por fim, parabéns ao DIEESE. Obrigado pela parceria junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Vamos continuar, com certeza, debatendo políticas públicas que sejam perenes e efetivas para o país.

Muito obrigado.